

**A TRIÁDE URBANA:
CONSTRUÇÃO COLETIVA DO ESPAÇO, CULTURA
E ECONOMIA NA PASSAGEM DO SÉCULO XVIII
PARA O XIX EM MINAS GERAIS**

*Alexandre Mendes Cunha¹
Roberto Luís Monte-Mór²*

**BREVE TRAJETÓRIA HISTORIOGRÁFICA
OU “O URBANO REVISITADO”**

O século XIX das Minas Gerais por muito tempo foi território de pressuposições e análises pouco embasadas em pesquisas documentais de mais fôlego. Se esta não é uma verdade irrestrita, e certamente não o é,³ o avanço da historiografia econômica sobre Minas veio a corroborar categoricamente a inadequação de se pensar o XIX como um amplo resultado da decadência econômica do ciclo do ouro. O trabalho de doutoramento de Roberto Martins (Martins, 1980) – em boa medida herdeiro do processo de profissionalização da pesquisa histórica que toma corpo no Brasil a partir da década de 70, a uma nascente produção em que o rigor do trabalho documental dá cor à reflexão teórica, de que talvez o melhor exemplo seja o estudo de Fernando Novais sobre o Antigo Sistema Colonial (Novais, 1979) – motivaria um acirrado debate durante a década de 80, tendo como seu principal interlocutor Robert Slenes⁴. Superando-se o debate inicial a respeito da decadência econômica para os oitocentos, a polêmica entre Martins e Slenes centrar-se-ia na discussão da especificidade do padrão de desenvolvimento econômico do período para a Província de Minas Gerais.

Não é demais, aqui, anotar que o trabalho de Martins e o debate que este motivou nos anos 80, não representaram a primeira investida contra o argumento da decadência; inserem-se antes, em um conjunto de reflexões que vai ganhando corpo no fim dos anos 70, como bem nos apresenta Maria Yedda

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFF.

2 Professor e pesquisador do CEDEPLAR/FACE/UFMG.

3 Basta lembrar, em um só exemplo, a tese de livre docência de Francisco Iglésias defendida ainda na década de 50 – *Política Econômica no Governo Provincial Mineiro*, 1954.

4 Ver especialmente: Martins (1983) e Slenes (1988).

Leite Linhares (Linhares, 1979). Em um diálogo com a historiografia “a propósito da problemática da decadência”, essa autora expõe um panorama amplo da reflexão de então a respeito do fim do ciclo do ouro e associa-se às “inquietações de Francisco Iglésias quando deplora a ‘vaguidão’ desses conhecimentos e a necessidade de aprofundá-los, a partir da exploração sistemática de novos e velhos corpos documentais e da busca de séries quantificáveis, de modo a acrescentar informações ou a ‘revelar’ a tão decantada realidade que os esquemas lógicos mal chegam a sugerir” (Linhares, 1979, p. 148). É neste sentido que a tese de Martins representou um encaminhamento sólido empiricamente para as novas discussões.

A demografia histórica foi, desde sempre, território privilegiado a essa polêmica ao longo dos anos 80, estando na base tanto da argumentação de Martins quanto da de Slenes, bem como se irmanando em diversos desdobramentos que a partir daí tomaram corpo. Todo este conjunto deu fôlego a diversos trabalhos que contribuíram de forma decisiva para a compreensão da dinâmica demográfica do dezenove em Minas.⁵

Nesse entremeio de estudos de base econômico-demográfica do dezenove das Minas é que marca-se uma revisitada atenção a questão urbano-espaçial em uma nova geração de trabalhos⁶. Excelente exemplo disto é a dissertação de mestrado de Mário Marcos Rodarte (Rodarte, 1999), na qual apresenta e discute o processo de urbanização em Minas no século XIX a luz de um competente trabalho empírico, apontando para um quadro de “pertinácia” das cidades do antigo núcleo minerador setecentista afirmando sua centralidade no desenvolvimento econômico da província.

Esta atenção a questão urbana marca contornos diferentes daquela que teve lugar a partir dos trabalhos de Sylvio de Vasconcellos ainda na década de 50, e que renderiam herdeiros diversos, em importantes estudos desde então.⁷ Em boa medida aqueles estudos do urbano efluem da questão arquitetônica no universo do barroco mineiro, encaminhando a partir daí um olhar para o espaço socialmente vivo da conformação do urbano nas Minas.

5 Ver especialmente: Costa (1982) e Paiva (1996).

6 Deve-se anotar especialmente a pesquisa “Processo de Urbanização em Minas Gerais”, do Cedeplar/UFMG, coordenada pelo Prof. João Antônio de Paula.

7 Dos trabalhos originais de Sylvio de Vasconcellos podemos citar: “A Arquitetura Colonial Mineira”, 1957; “Formação Urbana do Arraial do Tejuco”, 1975; *Vila Rica. Formação e desenvolvimento – Residências*, 1977; entre os autores que posteriormente escreveram em caminhos próximos, vale citar o trabalho recente de Murillo Marx: “Arraiais Mineiros: relendo Sylvio de Vasconcellos”, 1990-1992.

A despeito das diferenças e especificidades das análises próprias de cada uma dessas aproximações do tema da urbanidade das Minas, e para além delas, pode-se entender, todavia, esses diversos esforços como intimamente interligados e complementares no exercício de se compreender o urbano por essas terras.

A adequada compreensão do fenômeno da urbanidade no setecentos das Minas, em seus amplos sentidos, é tema imprescindível para a compreensão das transformações futuras da capitania/província. Neste sentido é que podemos pensar aquela centralidade do antigo núcleo minerador no XIX, apresentada por Rodarte, como uma das pistas, entre várias deste entremeio que se faz de confluências ainda maiores.

Exatamente por conta dessas interligações que apontam para um quadro dinâmico de continuidades e descontinuidades é que acreditamos que seja cada vez mais importante conduzir uma acurada investigação no terreno das múltiplas transformações da segunda metade do século XVIII e do particular momento da virada para o dezenove, em uma perspectiva que articule intuições diversas em olhos postos para ler o urbano na interpenetração da economia, cultura e sociedade. O presente texto se insere nesta proposta através de uma aproximação do processo de construção coletiva do espaço urbano, dando peso a questão da “cultura urbana” enquanto peça chave para a compreensão do período.

A URBANIDADE DAS MINAS

Pode-se escrever o urbano das Vilas do Ouro em Minas com cada uma das cores e sombras que compõem os mais diversos fenômenos característicos da sociedade nascida nesse entremeio de montanhas. Entender as especificidades dessa urbanização precoce é, por conta desta perspectiva, mais do que uma abordagem; é condição de análise e apreensão da realidade dos setecentos nessas terras.

A formação dos arraiais mineiros, em meio ao impressionante fluxo migratório que se direcionou para cá, guarda detalhes que lançaram fundas raízes no destino das Minas, marcando mesmo a primeira articulação macro-regional brasileira (Monte-Mór, 1999a, p. 4). A ocupação do território deu-se de forma sobremaneira diversa das outras áreas do Brasil, nas quais a concessão de grandes extensões de terras através das sesmarias foi predominante, sendo as estreitas extensões de terra marcadas nas datas de mineração o que caracterizou o caso mineiro (Marx, 1990-1992, p. 389). Isto determina as co-

ordenadas principais do processo de urbanização que então teria lugar nas Vilas do Ouro. Caminho distanciado da tradicional concepção da cidade como resultado do desenvolvimento do campo, e se inserindo em um modelo no qual a cidade se processa a partir de seu próprio espaço de produção, no chão mesmo em que se assenta, sendo a dualidade campo-cidade reduzida à expressão única da mineração (Albino de Souza, 1997, p. 99).

Sendo de aluvião o ouro dos primeiros tempos, a ocupação encontra primeiramente o curso dos rios e córregos, onde se apurava do cascalho o ouro que faiscava, circunscrito invariavelmente em áreas de cata muito pequenas para cada garimpeiro. Este restrito chão de produção era explorado na totalidade de sua extensão, e as construções que ali tiveram lugar nada foram além de simples e provisórios acampamentos. O arraial ensaiava seu existir no alto; caminho acima, passando pelas encostas que se fizeram em grupiarias no momento em que começou a escassear o ouro das faisqueiras (Marx, 1990-1992, p. 389-390).

Nesses altos é, portanto, onde se dá a formação dos arraiais, que têm sua origem no entorno de uma capela de taipa, como apontado outrora por Sylvio de Vasconcellos, e recentemente, em seus passos, Murillo Marx. Filha da religiosidade marcante dos primeiros moradores, estas edificações incorporavam, não obstante também, o sentido da garantia de espaço para se fincar construções, uma vez que sendo as áreas de mineração reguladas pela legislação real, eram todas as terras caracterizadas também como datas. Neste contexto, dada a inexistência do rossião ao quando dos primeiros anos, ou de outro procedimento que viabilizasse terras para habitações, eram as capelas que acabavam por constituir o principal mecanismo de articulação, e solução dessas necessidades de terras para habitar, na época da formação dos arraiais. O procedimento era o de se fazer uma petição de terras a Coroa, para se erigir uma capela, e autorização de se fazer habitar em seu entorno (Marx, 1990-1992, p. 390-391).

Estes arraiais que foram proliferando ao ritmo das descobertas de novos veios nos regatos e grupiarias espalhavam-se por áreas contíguas e por conta disso foram compondo uma rede urbana “ao longo dos caminhos e estradas nas encruzilhadas ou nas travessias de cursos d’água, a margem dos locais onde o ouro e o diamante eram encontrados” (Silva Telles, 1978/79, p.46). Via de regra esses arraiais, que se davam ao redor de capelas, orientavam-se longilineamente pelos caminhos, configuração linear às vilas constituídas a partir desses primeiros núcleos de povoamento, tendo na preciosa lição de Sylvio de Vasconcellos uma clara notícia:

“(…) suas ruas são sempre antigas estradas. Por isso mesmo, foram a princípio chamadas de rua da Praça, da Matriz, da Câmara, etc. Não porque nelas se localizassem estas edificações, mas porque a elas conduziam. Por isso mesmo ainda hoje os habitantes da zona rural tratam a cidade como ‘a rua’, no singular, como uma reminiscência do trecho único da estrada onde se construíram estabelecimentos comerciais. ‘Vou à rua fazer compras’, dizem. E, realmente, à rua quase só vão com essa finalidade.” (Vasconcellos, 1959, p. 5)

O caminho que interligava arraiais, que virava estrada, precipitou a institucionalização do espaço destes arraiais por conta do comércio e das rotas de abastecimento, caracterizando a apreensão deste chão já não mais como somente “espaço de produção”, sendo a nascente ordenação e normatização urbana sinais de um “espaço de reprodução” que se define (Monte-Mór, 1999b, p. 3).

AS PONTAS DA TRÍADE

A urbanização mineira na sua constituição ímpar em relação às demais partes do país, caracteriza-se por essa interpenetração do chão de *produção* com os espaços de *reprodução*, que em seus desdobramentos precipitam a conformação de uma cultura urbana específica. Exatamente nesta direção é que vai se encaminhar aqui a discussão, focando o tema da configuração dessa cultura urbana à segunda metade do século XVIII nas Minas. Não se trata, vale advertir, de uma tentativa de traduzir a *sociedade* de então, mas de atentar especificamente para uma articulação dos principais elementos que compõe o que se está chamando de *cultura urbana*.⁸ É este o exercício que se materializa na caracterização de cada uma das “pontas” do que aqui vai ser tratado por “tríade urbana.”

A reflexão que orienta a identificação dessas pontas, parte de uma leitura de como essa sobreposição de espaços na “reprodução da vida mate-

8 Vale anotar que o sentido em que aqui é usado o termo cultura urbana não diz respeito ao conceito eco-social da sociologia urbana da Chicago do início do século; mas mais propriamente, a uma confluência do sentido histórico de uma *cultura das cidades*, tal qual trabalhado por Lewis Mumford, e a idéia da cultura urbana como espaço de transformação do “gosto da época” nas representações do imaginário daquele tecido social.

rial”, que configura a urbanização mineira, complexifica-se em função das especificidades daquela sociedade, e afirma-se na construção do espaço coletivo como a configuração de uma cultura própria. Avaliando com um pouco mais de propriedade o processo de urbanização, historicamente pode-se divisar o surgimento das cidades, a partir da distinção espacial motivada pela conformação de um excedente, que por sua vez é precipitado no processo de diferenciação social. Partindo desta caracterização podemos desenhar um processo de sobreposição de espaços distintos no qual o excedente conforma e define o espaço do poder que se constitui nessa coletividade. Paralelo a este movimento, tem-se a afirmação da sociabilidade que se manifesta na expressão cultural e religiosa da vida cotidiana e que poderia ser lida como o espaço da festa (Monte-Mór, 1999a, p. 6). Processando estes espaços que se sobrepõem na urbanização das Minas, com a dinâmica específica da sociedade que aqui se configura, definindo o *locus* do excedente, o *locus* do poder e o *locus* da festa e que encaminha a tradução da *cultura* urbana na conformação destes *loci* em cada uma das pontas da “tríade” que estamos propondo. Entremeiam-se então o **locus do excedente** – sua dinâmica da diferenciação e o caráter da apropriação –, o **locus do poder** – na presença do Estado bem como nas especificidades associativas e conformação dos interesses coletivos via Irmandades Religiosas –, e por fim o **locus da festa** – na sociabilidade que institui o vocabulário do barroco nas terras mineiras.

Do excedente coletivo, propiciado pela economia aurífera e retido em parte na afirmação do comércio, temos o elemento definidor da configuração citadina, propiciando uma estratificação social que caracterizaria um estrato intermediário urbano, elemento chave da construção social do espaço. Não obstante, é preciso notar que a intensidade da economia urbana condiciona o fortalecimento de uma região complementar, “oriunda do aprofundamento da divisão sócio-espacial do trabalho”, necessária ao abastecimento desta economia setorializada; cenário que acaba por configurar uma rede urbana sem par na colônia até então, “tanto diretamente ligada à produção mineral quanto indiretamente, produzindo alimentos, serviços de transporte, *etc.*” (Monte-Mór, 1999a, p. 5). Rede urbana esta que assumiria importância na segunda metade do século XVIII, a partir da decadência do ouro, contexto que encaminha o processo de centralização/resistência urbana de algumas vilas mais importantes.

No sentido de se buscar uma compreensão mais acurada dos cortes estruturais daquela sociedade é importante tecer alguns comentários a este entremeio social fundamente marcado pelo labéu da escravidão. Como já apontado por Laura de Mello e Souza, “esta sociedade híbrida de estamentos e classes só podia ser compreendida se referida ao mundo da produção” (Mello

e Souza, 1982, p. 147); e exatamente deste mundo da produção é que eflui a clivagem principal da sociedade colonial e que faz indissociável de qualquer análise sobre o período a compreensão do regime escravocrata – entender “a escravidão como fator determinante da estrutura econômico-social da colônia” (Boschi, 1986, p. 141). Atentar para a condição do negro e do mestiço no seio desta sociedade e de como a clivagem entre senhores e escravos define a estrutura social é essencial para buscar a caracterização das segmentações intermediárias deste quadro, particularmente relevantes ao caso das Minas. O escravismo é chave mestra para se pensar estas questões, definidor da divisão social do trabalho, do tipo de apropriação e do sistema de dominação (Boschi, 1986, p. 141). Muito se depreende deste contexto, como por exemplo uma certa atitude do português, na sua visão de mundo presa aos quadros da sociedade do Antigo Regime, que marcaria muito a vida cotidiana nas Minas; trata-se de um certo “estigma insuperável que identifica trabalho com servidão, lazer com dominação.” (Novais, 1997, p. 30)

A formação da Região das Minas, todavia, como já foi esboçado anteriormente, atrai nos primeiros anos a estas terras toda espécie de gentes, antes o “marginal das cidades, o camponês, imbuído de muito menos preconceito, acostumado à convivência comunitária” que o “fidalgo” (Vasconcellos, 1968, p. 142), compondo uma sociedade, a princípio, em boa medida, anárquica, igualitária e onde o escalonamento não se divisava (Boschi, 1986, p. 142). A política de distribuição das datas e as especificidades da exploração do ouro de *placer* favorecem este contexto de indefinição, no qual não eram necessários grandes capitais para a mineração. Deste primeiro momento, tomando rumo a seguir na formação dos arraiais e das primeiras vilas, pode-se divisar uma apropriação do excedente coletivo de características muito distintas do litoral. Mesmo que guardando ressalvas sobre os excessos que pode sugerir a afirmação de uma “apropriação mais horizontal”, e já assinalando que os desdobramentos dos setecentos fazem mesmo funcionar os mecanismos de concentração que alterariam consideravelmente o quadro inicial, sobressai que as especificidades da apropriação do excedente coletivo, nos primeiros anos da região, é determinante da diversificação social. Esta diversificação, por sua vez, aqui vem a se constituir na primeira ponta da tríade perseguida, representando a formação do extrato intermediário da sociedade mineira.

Para além da impossibilidade de se divisar uma cultura urbana sem a influência desses estratos intermediários, que bem ou mal se configuram em Minas, é preciso ainda se anotar que constituem os “artesãos, militares, profissionais liberais e contratadores (...) os maiores responsáveis pela sobrevivência da vida cidadã quando, pouco antes de meados do século, a produção aurífera entrou em irreversível declínio” (Boschi, 1986, p. 146). Complementan-

do este panorama está o comércio que nas Minas afirmou-se como vigoroso e permanente nos setecentos, por conta de uma sociedade com elevado poder de compra, abrindo assim terreno para uma primitiva acumulação de capitais, que ainda que tema controverso, orienta pelo menos o reforço da afirmação de que às Minas o ouro não consolidou fortunas particulares, residindo no comércio o principal mecanismo de acumulação (Boschi, 1986, p. 146-147; Vasconcellos, 1975, p. 113 e Vasconcellos, 1968, p. 143).

Não obstante, talvez o mais importante fator que assoma nesta discussão da primeira ponta da tríade, e que insere a problemática do estrato intermediário na questão da clivagem instituída pela ordem escravista, está na figura do trabalhador livre negro ou mestiço. Cria-se nas Minas uma possibilidade de redefinição social na medida em que a intensa miscigenação e mecanismos como um regime de recompensas e aberturas, possibilitavam ao escravo a compra de sua liberdade. Os negros livres, e especialmente os mulatos livres, como aponta Octávio Ianni, “encontram condições mais diversificadas de mobilidade. Ainda que as técnicas de peneiramento social os mantenham afastados do grupo dos senhores, eles se insinuam mais ou menos fundamente nos grupos intermediários da sociedade” (Ianni, 1962, p. 254 e Boschi, 1986, p. 148). Mesmo que, em boa medida, bem definidos estivessem os extremos, na clivagem de senhores e escravos na hierarquia social, o nível intermediário testemunhava a fluidez dessa sociedade na qual o trabalhador livre, negro ou pardo, podia se esgueirar em meio ao espaço dos brancos, tendo seu trabalho valorizado por conta do já mencionado horror do homem branco em relação ao trabalho manual. Todavia, mesmo que esta seja uma análise bastante apropriada, especialmente à primeira metade do século, com a consolidação de uma presença ampla dos mestiços na posição de artesãos e artífices variados; “o grupo expressivo de homens livres não compreendia apenas indivíduos que transitavam num mundo social de relativa mobilidade ou que tiveram reconhecidos socialmente os seus dotes artísticos ou artesanais” (Boschi, 1986, p. 149). Somam-se a estes, os homens livres muito pobres, que se inseriam em um processo de desclassificação, marginalizando sua condição na sociedade.

A segunda ponta dessa tríade, no olhar atento à cultura urbana dessas terras, reside no espaço associativo que se articula em função das irmandades, e do que este representa na sua constituição e transformação no decorrer do século para a sociabilidade e “cidadania” do habitante das Minas. A ordem social que se descortina em função das irmandades laicas⁹, e de como a Coroa

9 As irmandades de leigos são ordens não votivas, articuladas sob os títulos de Ordens Terceiras, Confrarias, Pias Uniões, *etc.*, de acordo com suas especificidades e atendendo

vem a fazer parte deste processo, é o que dá as cores das articulações do *locus do poder* em Minas. Vale dizer de saída que ao se colocar em primeiro plano as irmandades neste “*locus*”, não se quer associar a idéia de real proeminência destas associações no campo do poder e sim destacar o seu papel ímpar no caso das Minas e a importância crucial disto para a cultura urbana.

As irmandades se constituem enquanto organismos nos quais as pessoas buscavam apoio mútuo e solidariedade, diante do ambiente de insegurança e instabilidade que caracteriza o nascer das minas nestas longínquas paragens. Não havia mesmo clara divisão entre o temporal e o espiritual àquela população, assim as irmandades penetravam profundamente na vida daquelas pessoas, tornando-se imprescindível a filiação a uma dessas, “condição de vida e morte para o habitante das Minas”, uma vez que mesmo o sepultamento (sendo que os cemitérios, via de regra, localizam-se no terreno das irmandades ou especialmente dentro dos templos) não se fazia sem o hábito de “Irmão” (Boschi, 1986, p. 150-151 e p. 177). Precediam assim as irmandades ao Estado na organização do espaço, no auxílio espiritual e no material. Como já visto, a própria formação dos arraiais se liga à capela simples erigida com a ação da irmandade que precocemente se organiza.

Este caráter solidário e laico impregnando a construção do espaço é o traço mais marcante da sociabilidade destes primeiros tempos e, certamente, elemento essencial para compreendermos a precipitação da urbanidade. Não obstante, este laicismo não configura uma ausência de religiosidade, muito antes pelo contrário, pode-se dizer, mesmo, que o fervor da fé não esteve nunca apartado desse complexo cenário. Como lembra Sylvio de Vasconcellos, “a religiosidade dos mineiros não prima, igualmente, pela coerência” (Vasconcellos, 1968, p. 72-73); em referência à crítica de Saint-Hilaire à religião e ao clero na região, já no início do dezenove: “(...) usa-se à missa bater no peito e, ao mesmo tempo, conversar com os vizinhos. Quase todos os mineiros usam um rosário no pescoço, mas muito poucos existem a quem tenha visto rezar.” (Saint-Hilaire, 1975, p. 85). Fusão do temporal com o espiritual que marca todo o dezoito e se insinuaria sob novos padrões no dezenove.

“Há que se considerar além do mais que, seja pela sua existência no interior de um Estado visceralmente abso-

a obrigações distintas – no presente texto, serão referidas indistintamente pelo título de Irmandades. Vale anotar, entretanto, o que caracterizaria os ordens que cumprem votos. São as Ordens Primeiras as dos frades professos, com votos perpétuos, vivendo em claustros; as Ordens Segundas, por sua vez, teriam iguais características, todavia, sendo formadas por freiras.

lutista, seja pelo despreparo e desídia dos eclesiásticos, essa religiosidade leiga se caracterizou pelos seus traços reformistas e tridentinos, onde se avultam as devoções pessoais, o culto aos santos, as pompas das festas e das procissões. Religiosidade barroca, numa palavra: de manifestações de exterioridades do culto e da alta dose de sensibilidade nas devoções, de interpenetração de elementos profanos nos religiosos; religiosidade na qual a preocupação social do fiel estava paralela à sua preocupação religiosa. Acrescenta-se também o caráter essencialmente prático e imediatista, em que se busca suprir a insegurança emocional, levar consolo e prestar auxílio nas doenças, permitiu que se impusesse uma religião calcada no íntimo e direto contato com os santos. Por isso, o culto aos santos, longe de ser uma atipicidade, tornou-se exatamente o seu traço peculiar. Em síntese, não houve naquela realidade social sinais de irreligiosidade; antes, ali aflorou uma forma própria de vivência do catolicismo, em que a fé se associava à cultura local.” (Boschi, 1986, p. 178-179)

Tal contexto provavelmente tenha se reforçado especialmente a partir do fim dos conflitos entre paulistas e emboabas, que, se por um lado, marca o espaço de entrada do Estado Português nas Minas (que logo percebe a funcionalidade das irmandades, a elas não tendo imposto qualquer restrição), também representa o afastamento de grande parte dos ameríndios paulistas, acabando por deixar espaço para se constituir a população branca colonial mineira de uma “imensa maioria de minhotos, portuenses, transmontanos, beirões e açorianos – quase toda gente campesina de Portugal” (Carrato, 1968, p. 4). Este contexto favorece um bem sucedido transplante cultural para o ambiente social e econômico instável da região, com esta clara presença se traduzindo na arquitetura. Tudo condicionaria uma rápida consolidação da sociedade a partir destes imigrantes, que raramente procediam de Lisboa e do Sul de Portugal, viriam em grande maioria mesmo do norte – Minho, Porto, Trás-os-Montes, Douro, Beiras, etc. (Maxwell, 1985, p. 114). Região na qual, em flagrante oposição ao sul, era marcada a centralidade das paróquias, de lugarejos pequenos e com casas esparsas, mas que guardavam grande coesão em torno da igreja (Vasconcellos, 1968, p. 73).

Se em um primeiro momento, fosse por impossibilidade de fincar controle, descaso ou simplesmente conveniência, nem o Estado nem a Igreja

responderam às demandas daquela embrionária sociedade; coube desde cedo, portanto, um papel social substancialmente relevante às irmandades laicas. Mas não tardaria a Coroa a se posicionar, suplantando a Igreja e se aproveitando do que essas associações de leigos podiam oferecer à manutenção do estado de coisas.

O contexto que se apresentava ao Estado Português era por certo adverso, uma vez que a vitalidade e organicidade das irmandades que se implantavam não faziam par com os ditames regentes da relação Colônia-Metrópole em uma Monarquia Absolutista. O caminho que adotou então a Coroa foi o de progressivamente cooptar essas associações, valendo-se delas como instrumento de neutralização das tensões sociais uma vez que a fragmentação fragilizava os segmentos sociais e abria espaço para uma maior inserção do Estado (Boschi, 1986, p. 180). Poderia-se mesmo dizer que o caminho das irmandades no decorrer do século XVIII constitui, ao mesmo tempo, reforço e armadilha da sociabilidade urbana, uma vez que termina por não constituir-se em um mecanismo de afirmação da cidadania nesse processo.

A trajetória em que se configura essa funcionalidade à Coroa é diferente, claro, para as associações de brancos e negros. Aos primeiros, não só fora garantida a preservação da clivagem estrutural da sociedade escravista – base de sustentação do mecanismo de dominação e da estrutura de produção colonial –, bem como, diretamente, foram-lhes cooptados interesses por encaminhamentos diversos, em um meio no qual esta sociabilidade também é reflexo de uma conjuntura em que a moeda das interações com o poder eram as “mercês” compondo o que Antônio Manuel Hespanha chamou de “economia moral do Dom” (Hespanha, Xavier, 1993).

No terreno das irmandades negras, a situação se processaria de modo bastante diverso; se por um lado a diversidade e o número de templos existentes, bem como a equivalência institucional entre as irmandades, poderia sugerir um quadro de relativa igualdade, esta não poderia deixar de ser uma quimera em uma sociedade escravista, sendo marcado mesmo, o denodado esforço do negro para se mostrar em igualdade com o branco.

Tão falsa era esta posição, entretanto, que as irmandades de negros escravos em momento algum combateram a ordem escravocrata, e exatamente por esta razão, foram sociabilidade concedida e incentivada pelas autoridades civis e eclesiásticas, tendo sido procedida mesmo a incorporação à liturgia romana de uma paraliturgia de origem africana (Boschi, 1986, p. 155). Presença por demais ampla e cristalizada nas Minas que fazem desta linha explicativa um dos principais encaminhamentos para uma leitura da pequena resis-

tência de cultos de origem africana em estados mais puros na região, ao contrário do que se verifica na Bahia, por exemplo.

Na medida em que a ereção de irmandades nunca significou igualdade alguma, de fato, para com os brancos, dado que a não conscientização preservava as relações de dominação, não representou então liberalidade alguma por parte do Estado Português, antes o contrário. Em síntese, “ao congregar pessoas as irmandades as despersonalizavam e, em decorrência, canalizavam forças individuais para a tutela do Estado” (Boschi, 1986, p. 156).

Todo o cenário descrito, no qual a preservação da estrutura de dominação e do ponto de clivagem social é marca da ação do Estado, reproduzem o processo pelo qual eflui uma sociabilidade orgânica em Minas, e de como, no decorrer dos setecentos, esta sociedade tem sua cidadania apartada. Todavia, este mesmo espaço suscita a reflexão de que essa articulação tolhida não suplanta a percepção individual desse aprisionamento. É exatamente isto que se dramatiza na figura do mulato, que em sua inserção nesta sociedade, um “híbrido de *estamentos* e *classes*” na descrição de Laura de Mello e Souza (Mello e Souza, 1982, p. 147), vivencia esta situação. Tema sobremaneira interessante se atentarmos às artes no período como um caminho para se ler este “aprisionamento”.¹⁰

Encontra-se então, a última ponta que se pensou nesse palheiro de sentidos. A cidade como *locus da festa* é referência comum à composição da expressão cultural e religiosa das sociedades ao longo da história; às Minas setecentistas, esta perspectiva assume especial relevância. A festa, em si e como metáfora, é uma experiência privilegiada de sociabilidade e afirmação do espaço, obra coletiva na formação da cultura urbana, é deste desenho de três pontas o “personagem” final.

De alguns atributos muito particulares se paramentam as festas, propriamente ditas, em Minas, e destas particularidades, por vezes antagônicas, acabam as próprias festas, por oferecer síntese no decorrer do século. O mais expressivo desses atributos, talvez seja o caráter de expressão comunal, popular e orgânica, que tanto se associa com o surgimento dessas festividades quanto com seus desdobramentos, especialmente quando a pompa barroca fenece no ouro que já há muito era ausência.

10 A esse respeito, pode-se encontrar um desdobramento da cultura urbana no universo do barroco mineiro, especificamente para a arquitetura e a música sacra em nosso trabalho: *Dias urbanos: ensaio sobre as artes e a cultura nas Minas setecentistas*. (Cunha, 2000)

Já foi tratado aqui da espontaneidade da formação dos primeiros arraiais, bem como da expressão particular da religiosidade em fusão com a temporalidade; uma consideração que pode ser aproximada desse momento histórico, e que se articula diretamente às festas, é uma curiosidade terminológica particularmente interessante para introduzir a identidade da formação dos povoados com os festejos religiosos, ou melhor dizendo, da identidade de sociabilidade na construção do espaço. Trata-se da origem do termo “arraiais”, designação comum aos primeiros povoados mineiros, anotado por Miran Barros Latif (Latif, 1960, p. 109). Trata-se do fato de que, em Portugal, este é o nome que se dá ao acampamento, à reunião festiva da população, por ocasião das romarias.

Certamente, todavia, o eixo central para entendermos apropriadamente o *locus* da festa na cultura urbana mineira é o seu caráter barroquista, que configura na primeira metade do século o universo que viria a impregnar o imaginário dos setecentos em Minas. Este barroquismo das festas da primeira metade do século XVIII é talvez o mais forte, na expressão de Affonso Ávila, dos “resíduos seiscentistas” que aportam em Minas; e em boa medida acaba por constituir-se como expressão do espírito da Contra-Reforma e do poder absolutista, mesmo que processado no seio das particularidades daquela sociedade. Neste sentido as festas que têm lugar antes da decadência do ouro são dos principais exemplares de uma constituição plena do barroco, acabando por fornecer o vocabulário que se abriria à expressão de um tempo.

Essas festividades tiveram toda expressão de sua pompa circunscrita em um curto período, que pode ser delimitado entre o momento em que se configura um delineamento claro da urbanidade na euforia do ouro, no nascer da década de trinta e a irremediável decadência da produção aurífera, em meados do século. É basicamente neste período que se vê com todas as suas cores a presença barroca, que para os anos seguintes teria sua expressão moldada em “curvas e contracurvas”.

A natureza do barroco enquanto a expressão de um paradoxo mostra-se em plenitude nas festas – na “fusão dialética do temporal e do espiritual, do claro-escuro, do tempo-eternidade” – configurando fartamente esse ambiente (Ávila, 1967, p. 3). As festas, em si, constituiriam, como aponta Richard Alewyn, um dos aspectos mais típicos do estilo cultural do barroco (Ávila, 1967, p. 13), firmando-se como uma das características que melhor identifica as manifestações artísticas, ou mesmo do estilo de vida, da população de Minas de então. Ambiente que se traduz no “primado visual” do barroco, melhor dizendo, na busca de embevecer o espírito a partir do enlevo dos olhos (Ávila, 1967, p. 85).

Que some-se ainda a esta ambientação, um fator particularmente elucidatório à pompa barroca – a euforia do ouro que se refletia no comportamento desta sociedade. “Como todo novo-rico, o minerador afortunado adorava ostentação” (Carrato, 1963, p. 73); e não assim somente os mineradores, mas todos que se inseriam nessa economia em propulsão pelo metal, ou já pelos diamantes que se achavam àquela época no Serro Frio. Esta ostentação nova-rica se disseminava e se refletia, diretamente, na ação e na competição entre as irmandades (Carrato, 1963, p. 73 e Maxwell, 1985, p. 115).

A conformação destes e de outros elementos correlatos compõe um veio profundo da cultura que se afirma na urbanidade. Das outras pontas da tríade, temos uma visão da diversidade e organicidade da população mineira; é na festa entretanto, que temos o caminho pelo qual aquela sociedade vem a se auto-definir. Ou seja, a expressão barroca que se apresenta na festa converte-se no sentimento coletivamente compartilhado da síntese que se oferece àquele tempo; sendo que todos os desdobramentos que a arte barroca tem nos setecentos das Minas testemunham a migração desta necessidade de síntese, na direção de abarcar a complexidade crescente daquela sociedade.

Essa ambientação, essa perspectiva de síntese, esse vocabulário, caracterizam com propriedade esta terceira ponta deste desenho da cultura urbana. Nesta leitura, é o *locus* da festa, em muitos sentidos, maior que a sociabilidade da festa; dado o entremeio desses elementos em um cenário que se oferece mais propriamente como um *ensueño* barroco ao espírito, a partir da paisagem que se descortina aos olhos nessas festas, como nos apresenta novamente Affonso Ávila:

“Por ocasião dos acontecimentos festivos, as noites das cidades coloniais mineiras impregnavam-se de uma atmosfera fantasmagórica, profusamente iluminada as fachadas de igrejas, residências e edifícios públicos. As exibições pirotécnicas, os castelos luminosos e outros artifícios acrescentavam, por seu turno, um toque de maravilhoso ao ambiente. As luminárias eram muitas vezes decretadas pelas câmaras, ao lado de outras providências para maior efeito decorativo do cenário dos festejos, como as recomendadas pelo edital mencionado. O depoimento dos cronistas nos dá uma idéia dessa fantasia noturna, quando o jogo de luzes envolvia a cidade numa paisagem de ensueño barroco, proporcionando aos olhos um instante de concreção do claro-escuro, uma imagem de mundo fugaz e contraditória que era a própria visão

*místico-existencial do homem residualmente seiscen-
tista.” (Ávila, 1967, p. 102)*

Deve-se assinalar, antes de finalizar esta apresentação da última das pontas da tríade, o elemento popular nessas festividades e de como a festa religiosa se funde a essa expressão popular, marcando o sentido da apreensão e transformação desses eventos. Não se escapa de referenciar, com ênfase, que as procissões religiosas constituíam-se no divertimento predileto do populacho de Minas bem como, em verdade, de todas as demais partes do mundo de fala portuguesa (Boxer, 1969, p. 201). Todavia, a afirmação deste populacho em meio a estes eventos, bem como a cultura em sentido mais amplo, em Minas responde a variáveis específicas. A interpenetração do erudito e do popular marcariam não só as artes mas todo esse território amorfo da cultura urbana de então. Não há distinção, nas Minas, entre “Frei Agostinho e Mestre Vitalino, ou entre as imagens cristãs e os exús e oxalás, como no litoral.” (Vasconcellos, 1968, p. 81)

A composição específica dos elementos dessa tríade urbana apóia-se no que poderíamos entender como processos macro-históricos que enredam o desenvolvimento das Minas. Todavia, essas forças postas em movimento des-cortinam o panorama de uma cultura urbana específica, que por sua vez é base para se pensar o território das “mentalidades” nessa sociedade em transformação, conjunturas pouco perseguidas nos estudos das Minas do período e que a nosso ver constituem passo essencial para se vislumbrar a paisagem dos vários “aprisionamentos” que marcam a passagem dos setecentos das Minas para o Gerais de seu dezenove.

Essa particular articulação em que se baseia o desenho de três pontas dessa tríade urbana aqui pensada, e que se aproxima do campo das mentalidades ao tempo de processos amplos como a desarticulação do sistema cultural do barroco mineiro ou da rearticulação urbana que se ensaiaria no século XIX, apreende com propriedade os sentidos de se pensar a vida cotidiana e a construção coletiva do espaço àquele tempo. Diante deste muito vasto contexto, que serve aqui como sugestão de paisagem, marcamos as óbvias limitações deste artigo e concluímos com uma reflexão acerca de certos instigantes encaminhamentos dessa aventura do urbano.

VILA RICA – SÃO JOÃO DEL REI: ENCAMINHAMENTOS

O naturalista Johann Emmanuel Pohl, em sua longa viagem pelo interior do Brasil, no ano de 1818 passaria por São João Del Rei, e desta cidade nos ofereceria interessante relato àquela altura do século XIX. Escreve este viajante, por conta da redação definitiva de seu relato já na década de 30, uma animosa descrição desta cidade de Minas, principiando com o seguinte:

“Esta cidade figura entre as mais limpas e alegres que já encontrei no Brasil. Situada em clima suave, apresenta uma vista risonha com as suas 1000 casas, na maioria de um só andar, limpamente caiadas e com pomares verdes, exuberantes, em que se erguem belas bananeiras. As igrejas, inteiramente construídas em pedra, com torres bem proporcionadas, algumas ornadas com relógios, o que é uma raridade no país, ultrapassam os próprios templos da cidade do Rio de Janeiro.” (Pohl, 1976, p. 86-87)

Algum tempo mais tarde, em sua algo prolongada estada em Vila Rica, mesmo que marcando em sua descrição o panorama urbano bem como detalhes das construções, especialmente da área central, não deixa de insistir em vários momentos em uma impressão geral bastante negativa, “triste”, da cidade ante seus olhos; marcando na narrativa o ambiente de degradação e grande pobreza que se via nas zonas de periferia, mormente na saída para Mariana.

Afora as restrições e considerações várias que deveriam ser feitas ao caso de uma análise mais aprofundada, esta apropriação subjetiva do Dr. Pohl é bastante sugestiva de um contexto de desarticulação daquela cultura urbana que tem como palco maior a Vila Rica da segunda metade dos setecentos, com continuidades e desdobramentos na São João Del Rei da virada para o dezanove. Sem enveredar por essa discussão, mas situando a problemática desses desdobramentos da cultura urbana em termos mais amplos, podemos falar de uma certa “modernidade” apartada, no desenvolvimento das Minas – ponte entre o conjunto das forças arraigadas à cultura urbana do século XVIII e as muitas desarticulações destas no século XIX. Neste sentido, São João Del Rei ensaia dar um curso transformador a esta “modernidade” fotografada na cultura urbana, na passagem para o dezanove. Todavia, sustentamos a perspectiva de que isto acaba por engendrar um novo aprisionamento àquelas forças, na medida em que processava-se uma desarticulação nas próprias bases constitu-

tivas da nossa, já tão cara, tríade urbana. É exatamente com a sugestão das trilhas deste processo que gostaríamos de concluir este texto.

O *locus* da festa e o *locus* do poder da tríade urbana estão sobremaneira ligados no que diz respeito às irmandades laicas. Exatamente por conta da presença destas, que no momento formador daquela sociedade ocupam um papel central que em muitos sentidos sobreporia em certas instâncias de representação simbólica o próprio papel do Estado, que sociabilidade e poder se encontram. Neste espaço de representação que é ocupado precocemente pelas irmandades é que reside uma sobreposição do campo do poder com aquela interpenetração do erudito e do popular própria da festa de então.

O Rio de Janeiro, por exemplo, em seu processo de formação do espaço urbano e afirmação da sociabilidade na vida cotidiana, ofereceria ao longo de sua história um quadro sobremaneira diverso. Estando as Ordens Religiosas, especialmente os Carmelitas, Beneditinos e Jesuítas desde o primeiro momento associadas à produção do espaço urbano e à estrutura fundiária da cidade, a ação das irmandades, mesmo que de grande importância, não era senão subsidiária aos interesses diretos das Ordens Primeiras. A própria questão da sociabilidade urbana que se defende nos termos de uma cultura urbana específica para o caso das Minas, não tem lugar equivalente no Rio, sendo mais fortemente marcada uma segregação de espaços que em nada poderia associar-se à idéia de organicidade. A situação viria a se alterar aos fins do século XVIII e mais propriamente no dezenove, com a chegada da família real em 1808, o que vem a representar a cristalização da centralidade do papel do Estado e a conseqüente retração do papel da Igreja na produção do espaço urbano.¹¹

As Minas, como vimos, espelhariam por sua vez um caminho no qual este papel de produção do espaço urbano e consolidação das instâncias de construção coletiva desse espaço a partir da vida cotidiana seria conformada no entremeio das irmandades laicas, com sua vasta abrangência na congregação da população das Minas. Todavia, por aqui também pôde-se divisar aquele processo de consolidação da centralidade simbólica do Estado no ordenamento do urbano. É neste sentido que se processaria, exemplarmente em São João Del Rei, uma transformação profunda no *locus* da festa e no *locus* do poder. Verifica-se uma clara separação dos espaços do erudito e do popular, reforçada ao longo do século, e que se processa através deste deslocamento simbólico da Igreja (nas irmandades) para o Estado, na figura da construção do

11 A esse respeito veja: Fridman (1999).

Império, o que deixaria apartado desta trajetória aquela sociabilidade própria da cultura urbana do fim dos setecentos. O colorido da vida urbana de São João Del Rei naquele momento do século XIX já estaria imiscuído das bases dessas discontinuidades, que se verificariam no fortalecimento do poder político e em uma sociabilidade que com o avançar do século, se verificaria em um extremo nas festas oficiais do Império e em outro, na proliferação e popularização dos espetáculos de circo e teatro.¹²

Especificamente no campo do “político”, verifica-se um adensamento nas teias do funcionalismo público crescente, o que recrudescer o papel das “redes clientelares” que tão fortemente marcam o Antigo Regime em Portugal, como nos mostram os estudos de Antônio Manuel Hespanha (Hespanha, Xavier, 1993), e que tendem a ser cada vez mais imprescindíveis e efetivas no momento em que a “metrópole” deixa Lisboa e desembarca no Rio de Janeiro.

É iluminado por esta perspectiva que devemos entender as transformações no *locus* do excedente, necessariamente por esta problemática que poderíamos nomear de sobreposições entre o econômico e o político. Marca-se o fato de que a decadência prolongada do ouro e a impossibilidade de se viabilizar um reinvestimento do excedente em parte apropriado no comércio na via da produção, pouco a pouco se refletiria em uma vitalidade urbana minguante. Vila Rica é talvez o melhor exemplo deste processo, fosse nas igrejas das irmandades na fase rococó do barroco mineiro que vão se paralisando e sendo abandonadas, como já nos apontara Sylvio de Vasconcellos (Vasconcellos, 1957), no crescimento demográfico acanhado desta comarca em relação à comarca do Rio das Mortes nos primeiros tempos do século XIX, ou mesmo na imagem que nos oferece o Dr. Pohl em seu relato.

O padrão de desenvolvimento econômico que se imporia, seguia na trilha dos tropeiros em seu comércio com a praça do Rio de Janeiro, como se pode bem rastrear nos avanços da historiografia econômica a este respeito.¹³ A questão que se impõe ao tema do urbano é que o *locus* do excedente não mais coincidiria com o chão da reprodução no palco da cidade. A lição, entretanto, que a perspectiva de se entender as correlações entre o político e o econômico àquela sociedade nos dá é a de que o centro do poder, e conseqüentemente da polarização das redes clientelares e de sua proximidade com os interesses mercantis, mais do que nunca se faz importante para o processo de acumula-

12 A respeito da questão das festas no século XIX em Minas ver: Duarte (1995).

13 Ver especialmente: Lenharo (1993).

ção. Daí a muito fértil trilha que percorre João Fragoso no cruzamento dos interesses mercantis dos negociantes de grosso trato no início do século XIX na praça do Rio de Janeiro com a formação da riqueza e do poder, político em última instância, dos barões do café do Vale do Paraíba pouco mais a frente, como interessante contexto para buscarmos as aproximações com as Minas Gerais. Este trabalho viria a consubstanciar com um vigoroso trabalho documental, trabalhos anteriores como o de Riva Gorestein ou mesmo a intuição inaugural de Sergio Buarque de Holanda, ainda na década de 60, insistindo na presença de interesses de *classe* àquela sociedade e se referindo à proeminência dos proprietários rurais no início do século XIX como um mito (Fragoso, 1992; Gorestein, Meneses, 1993 e Holanda, 1973).

Com efeito, podemos identificar aí a armadilha em que se vê presa, em todos os sentidos, essa “urbanidade” nascente de São João Del Rei. Não consubstanciando papel de centralidade política – que ainda caberia à capital da província, a Imperial Cidade de Ouro Preto, dezenove adentro – e perdendo mais ainda sua importância com a elevação de Campanha em 1822 a sede de comarca, tem também sua centralidade econômica espalhada e dividida em importância nos diversos núcleos da Região Sul e Zona da Mata, tendo perdido mesmo, àquele primeiro momento dos oitocentos, sua *St. John Del Rey Mining Company*.

É nesses termos, acreditamos, que se possa sugerir uma desarticulação daquela cultura urbana por conta dos deslocamentos de cada um dos *loci* da tríade urbana, tendo olhos para o caso específico de São João Del Rei, mas também, em um sentido maior, à própria virada do dezoito para o dezenove em Minas. Também é nestes termos que apontamos para a pista das sobreposições (e disjunções) entre o econômico e o político como um interessante desdobramento para as investigações sobre o urbano do século XIX em Minas Gerais em trabalhos futuros.

BIBLIOGRAFIA

- ALBINO DE SOUZA, Washington Peluso. As lições das vilas e cidades de Minas Gerais. In: *IV Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1977.
- ÁVILA, Affonso. *Resíduos Seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros/UFMG, 1967. v. 1.
- BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder* (irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais). São Paulo: Editora Ática, 1986.
- BOXER, C. R.. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial – 1695-1750*. Trad. Nair de Lacerda. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. [1962] (Col. Brasileira, 341)
- CARRATO, José Ferreira. *As Minas Gerais e os Primórdios do Caraça*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1963. (Col. Brasileira, 317)
- . *Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. (Col. Brasileira, 334)
- COSTA, Iraci Del Nero da, *Minas Gerais: estrutura populacionais típicas*. São Paulo: EDEC, 1982.
- CUNHA, Alexandre Mendes. *Dias urbanos: ensaio sobre as artes e a cultura nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Sistema de Bolsas/FACE/UFMG, 2000.
- DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: UNICAMP, 1995.
- FRAGOSO, J. L. *Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em Nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Garamond, 1999.
- GORESTEIN, R., MENESES, L. M. *Negociantes e Caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação. 1993.

- HESPANHA, Antônio Manuel, XAVIER, Ângela B. As Redes Clientelares. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. [vol. 4 – O Antigo Regime (1620-1807)].
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Sobre uma doença infantil da historiografia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 jun. 1973. Suplemento literário.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Política Econômica no Governo Provincial Mineiro*. Belo Horizonte: FACE/UFMG, 1954. (Tese de Livre Docência para História Econômica do Brasil).
- LATIF, Miran de Barros. *As Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Agir, 1960.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Educação. 1993.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. Minas Gerais e o Ciclo do Ouro: a propósito da decadência. In: *Seminário sobre a cultura mineira no período colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979.
- MARTINS, Roberto Borges. *Growing in Silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil*. Tennessee: Vanderbilt University, 1980. (Tese)
- . Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego a escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 1, FIEPE/USP, 1983.
- MARX, Murillo. Arraiais Mineiros: relendo Sylvio de Vasconcellos. *Revista Barroco*, Belo Horizonte, v. 15, 1990-1992.
- MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa. A Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal, 1750-1808*. Trad. João Maia. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *A fisionomia das cidades mineradoras*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1999b. (Circulação interna)
- . *Gênese e Estrutura da Cidade Mineradora*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 1999a. (Circulação interna)

- NOVAIS, Fernando A. Condições de Privacidade na Colônia. In: MELLO E SOUZA, Laura de (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- . *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996. (Tese, Doutorado em História).
- POHL, Johann Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil*. Trad. Milton e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1976.
- RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O caso das Minas que não se esgotaram: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais Oitocentista*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1999. (Dissertação, Mestrado em Economia).
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pela Província do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1975.
- SILVA TELLES, Augusto Carlos da. A ocupação do território e a trama urbana. *Revista Barroco*, Belo Horizonte, v. 10, 1978/79.
- SLENES, R. W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 18, n. 3, p.449-495, 1988.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. A Arquitetura Colonial Mineira. In: *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1957.
- . *Mineiridade – ensaio de caracterização*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1968.
- . Formação Urbana do Arraial do Tejuco. In: *Arquitetura Civil II*. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975. (Textos Escolhidos da Revista do IPHAN)
- . *Vila Rica. Formação e desenvolvimento – Residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977.